O PORTAL DA NOTÍCIA EM SANTA CATARINA

PUBLICIDADE LEGAL

PUBLIQUE AQUI

(47) 3422 7749

publicacaolegal@scc.com.br

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Data de Abertura
Concorrência 03-2203/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia, para a execução de serviço de recuperação da camada asfáltica com e sem reposição de base, além de serviço de fresagem de pavimentação existente em obras de implantação novas e substituições de redes e adutoras, novas ligações domiciliares, mudança de ligações, interligações e intervenções nas redes de abastecimento de água do Sistema Rodoviário Municipal, conforme termo de referência. **ENTREGA ENVELOPES:** até o dia 24 de maio de 2023, às 08h:30m. **ABERTURA ENVELOPES:** dia 24 de maio de 2023, às 09:00h. **EDITAL COMPLETO:** sem custas site oficial do município (www.blumenau.sc.gov.br); e-mail: karlakaestner@samae.com.br - Contato (47) 3331-8422 **OBS: A EMPRESA QUE OBTER O EDITAL DIRETAMENTE PELO SITE, SERÁ RESPONSÁVEL PELA CONSULTA DE EVENTUAIS ALTERAÇÕES/INFORMAÇÕES PERTINENTES A ESTA LICITAÇÃO. BASE LEGAL:** Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 7.106/2002, Leis Complementares 123/06, 127/07, 128/08 e legislação complementar.
Código e-Sfinge: E92796D5E1EC84E01C761FFF142E87EC4B478427

Blumenau (SC), 17/04/2023
Michael Raul Schneider
Diretor Presidente

Veja a proposta de valor para o salário mínimo em 2024

O texto também prevê zerar o rombo das contas públicas; medida deve ser analisada até 30 de junho

Foto: Imagem Ilustrativa/Banco de Imagens/Reprodução

O governo enviou nesta sexta-feira (14.) ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2024, prevendo o salário mínimo de R$ 1.389.

valor representa uma alta de 6,7% em relação ao piso atual, que é de R$ 1.302. A partir de maio, o governo prometeu elevar para R$ 1.320.

As projeções foram feitas pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. No texto enviado ao Congresso, estão as metas para o resultado das contas públicas do governo, as prioridades da administração pública federal, a estrutura e a organização do orçamento do ano que vem. A informação foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União.

O prazo para o envio da Lei ao Congresso era até 15 de abril, com necessidade de aprovação do Legislativo até 30 de junho.

"Para o salário-mínimo, considerou-se correção pelo INPC, em consonância com o previsto no inciso IV do Art. 7º da Constituição Federal, acrescida de ganho real para a base de 2023. Nesse cenário, e ainda considerando expansão média de 3,93% ao ano para o rendimento nominal e de 0,51% ao ano para a população ocupada com carteira, a massa salarial nominal deve variar aproximadamente 4,45% na média de 2024 a 2026", afirma o documento.

O texto prevê ainda para 2024 uma alta do PIB (Produto Interno Bruto) de 2,34%, IPCA de 3,52%, Selic (taxa básica de juros) de 11,08% e um câmbio médio a R$ 5,25.

Arabouço fiscal
Na proposta o governo prevê zerar o rombo das contas públicas em 2024, planeja que as despesas serão iguais a receitas, sem considerar o pagamento dos juros da dívida. Mas o total está condicionado ao chamado arcabouço fiscal proposto pelo governo para substituir o teto de gastos.
Ao todo, R$ 172 bilhões em despesas em 2024 estão condicionadas à aprovação no novo arcabouço, já que não cabem dentro da regra atual, o teto de gastos.

"Estima-se, por ora, que as despesas condicionadas à aprovação do novo arcabouço totalizarão R$ 172 bilhões em 2024. Essa autorização viabilizará a recomposição e a execução das políticas públicas prioritárias para o país, o funcionamento da máquina e o investimento da União", diz.